

Emenda Sarney deve prevalecer

AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney reafirmou ontem em reunião extraordinária com líderes da Aliança Democrática que seu compromisso essencial é a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, na forma negociada com a própria Aliança e traduzida na emenda enviada ao Congresso. O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, informou que o presidente recebeu no Palácio do Planalto os resultados das pesquisas feitas entre as bancadas da Aliança Democrática no Congresso, que opinaram pela rejeição do substitutivo apresentado anteriormente na comissão mista pelo relator Flávio Bierrenbach (PMDB-SP). A preferência, segundo Chiarelli, é pela própria emenda do Executivo, acrescida de duas propostas: aumento do prazo de desincompatibilização e concessão de anistia aos militares — sem reintegração ou ressarcimento. O presidente da República — acrescentou Chiarelli — deixou a critério das lideranças a condução dessas questões complementares, para que encontrem a melhor forma de atender às expectativas do Congresso.

Um novo substitutivo foi fechado ainda ontem pelo presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, (PMDB), com PFL, PDS, PTB e partidos menores, garantindo a votação da convocação do Congresso Constituinte. Como anunciado na reunião do Palácio do Planalto, dependem ainda de entendimentos os prazos de desincompatibilização e a anistia, mas os partidos resistem também à criação da "comissão legislativa" com atribuições de Legislativo ordinário paralelo à Constituinte.

Depois desses entendimentos, é praticamente certa a rejeição do substitutivo Bierrenbach na nova reunião da comissão mista convocada para hoje. O presidente Helvídio Nunes (PDS-PI) deverá então indicar novo relator, em comum acordo com as lideranças do governo. O deputado Bierrenbach e o presidente da OAB, Hermann Assis Baeta, tentaram ainda negociar com Ulysses Guimarães.

EMERGÊNCIA

A revogação das medidas e do estado de emergência poderá ser proposta pela liderança do PMDB no novo substitutivo, a fim de quebrar

Bierrenbach ainda agradece

O deputado Flávio Bierrenbach procurou ontem o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, para agradecer-lhe as referências elogiosas com que tem sido tratado e disse que, depois da conversa, o presidente do PMDB concordou que não se pode falar em deslealdade no caso do substitutivo à emenda do governo convocando a Constituinte. Segundo Bierrenbach, a reunião das lideranças partidárias foi lembrada nesse encontro com Ulysses, e ambos chegaram à conclusão de que nenhuma deliberação sobre a proposta havia sido tomada.

Bierrenbach lembrou a Ulysses que, durante a reunião com os líderes,

as resistências de setores do PMDB, do PDT e do PT à transformação do Congresso eleito em 86 na Assembleia Constituinte, como define a emenda Sarney. Esta idéia aliás foi levantada pelo líder do PMDB, Pimenta da Veiga, na reunião com o presidente José Sarney. A eleição da Constituinte em separado é o principal ponto polêmico do substitutivo Bierrenbach — que deixa a decisão para um plebiscito popular previsto para 2 de março —, formulado a partir de propostas de entidades da sociedade civil, entre elas a OAB.

Quanto à ampliação da anistia de 79, a tendência nas bancadas do PMDB, do PFL, do PDS e do PTB é estendê-la sem direito aos vencimentos atrasados para civis e militares. Haveria reintegração e atualização de vencimentos, além de promoção por antigüidade, mas também a transferência para o serviço inativo — uma forma de "devolver a patente sem devolver a farda", como propusera Bierrenbach.

As lideranças do PDS manifestaram a Ulysses a intenção de aprovar o modelo de anistia que seja proposto pela Aliança Democrática no novo substitutivo. Exigiram, porém, que a reforma tributária seja votada no mesmo "esforço concentrado" previsto para a votação da emenda Sarney entre os dias 21 e 23.

O presidente Sarney aceita a fórmula negociada com a Frente Municipalista — que aumenta em 1% o Fundo de Participação dos Municípios — desde que sejam acrescidos os encargos a ser transferidos aos municípios na área da saúde, cujos termos estão ainda sendo examinados nos Ministérios da Fazenda e do Planejamento. Mas os líderes da Aliança Democrática definiram com o presidente que a reforma será votada na próxima semana, junto com sua emenda.

PT RESISTIRÁ

Apesar de todos esses acertos em Brasília, o presidente do PT, Luís Ignacio da Silva, assegurou ontem que seu partido recorrerá a todas as artimanhas parlamentares para evitar a votação da emenda de convocação da Constituinte antes que a sugestão dos trabalhadores seja apreciada. O PT quer uma Constituinte livre e soberana "para não repetir as falhas de 46".

garantiu que, se as suas posições pessoais contrastassem com as da maioria, apresentaria em seu substitutivo uma fórmula técnica capaz de permitir que prevalecesse a vontade da maioria. Mesmo assim, assegurou mais uma vez que não havia nenhuma decisão anterior sobre o seu parecer.

O deputado também respondeu ao senador Aderbal Jurema (PDS-PE), que havia criticado seu parecer dizendo que "há no Congresso muito doido com aparência de normalidade", lembrando sua condição de biônico: "No Congresso há muita gente que parece parlamentar, mas não é"



Foto Alencar Monteiro - Telefoto Estado

Pimenta da Veiga e Chiarelli estiveram no Planalto

Um substitutivo polêmico

BRASILIA AGÊNCIA ESTADO

O substitutivo apresentado pelo deputado Flávio Bierrenbach à emenda do governo que atribui poderes constituintes ao Congresso a ser eleito em 86 é todo ele polêmico, na medida em que o governo não admite modificar a sua proposta e a maioria dos deputados e dos senadores está interessada apenas em aprovar a ampliação dos prazos de desincompatibilização, o que supostamente reduz a concorrência eleitoral. O problema complicou-se ainda mais com a decisão dos ministros militares contrária à reintegração dos oficiais e dos praças punidos pelos governos militares dos últimos 20 anos.

O próprio deputado Flávio Bierrenbach admite que, do ponto de vista oficial, "apenas a data escapa no substitutivo, pois o resto tem a oposição do governo, a começar pelo seu artigo 1º". Nesse ponto coincidem as posições do Executivo e do Legislativo, pois ambos defendem a Constituinte congressual, enquanto o deputado paulista defendeu em seu parecer a realização de consulta plebiscitária para saber se o povo deseja ou não a convocação de uma assembleia exclusiva, apenas para preparar a nova Carta.

A separação das datas das eleições do próximo ano, fixando-se 7 de setembro para a Constituinte e 15 de novembro para os governadores, é outro dos pontos do substitutivo muito criticado pelos seus opositores. Alega-se contra a medida que o País não suportaria as despesas provocadas por mais de um pleito. A

participação dos 23 senadores na Constituinte condicionada à aprovação popular também provocou muita discussão. No que depender do Congresso, esses senadores integrarão a futura Assembleia, mesmo sem receber delegação expressa para isso.

A adoção de referendo popular para emendas aprovadas pela Constituinte contra o voto de dois quintos dos seus integrantes, proposta por Bierrenbach, foi criticada com base na mesma alegação contrária à separação de datas da eleição. Argumentam seus adversários que a medida ocasionaria novas despesas, o que seria desaconselhável num momento de crise econômica.

Já a criação de uma comissão representativa da Constituinte, para legislar ordinariamente durante seus trabalhos, tem apoio apenas do deputado Ulysses Guimarães, que é o seu idealizador. A revogação de parte do entulho autoritário prevista no substitutivo também despertou reações exaltadas, com os argumentos de que essa deve ser uma tarefa da Constituinte e não do atual Congresso.

A anistia aos civis e militares não beneficiados em 79 pode ser considerada um dos pontos mais polêmicos do substitutivo. Os ministros militares deixaram claro que não aceitam a reintegração dos oficiais e dos praças punidos, colocando o PMDB numa situação difícil, pois a anistia foi uma das bandeiras do partido. O governo também se opõe à medida, alegando falta de recursos para pagamento dos atrasados e para a reintegração.